

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do
auditor independente em 31 de dezembro de 2025

Ref.: Relatório nº 262NP-044-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Demonstrações financeiras	6
Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025	13

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar, Itaim Bibi - São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
Central Geradora Eólica Palmas S.A.
Amontada - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Geradora Eólica Palmas S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Geradora Eólica Palmas S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”.

Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

O exame das demonstrações financeiras da Companhia em 31 de dezembro de 2024, apresentadas para fins comparativos, foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificações em 21 de março de 2025.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

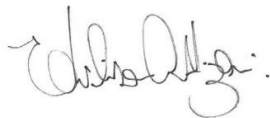
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de março de 2026

Grant Thornton Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-025.583/O-1



Edinilson Attizani
Contador CRC 1SP-293.919/O-7

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Ativo

	Notas	2025	2024
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	14.371	4.813
Contas a receber de clientes	5	2.126	2.125
Impostos e contribuições a recuperar		-	6
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	6	-	270
Estoque de peças para manutenção da usina		61	81
Adiantamentos a fornecedores		48	-
Despesas pagas antecipadamente		32	32
Total do ativo circulante		16.638	7.327
Ativo não circulante			
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	6	-	1.587
Partes relacionadas	11	4.923	7.735
		4.923	9.322
Imobilizado	7	54.647	59.438
Intangível	8	1.821	1.952
Ativo de direito de uso	12	2.692	3.023
		59.160	64.413
Total do ativo não circulante		64.083	73.735
Total do ativo		80.721	81.062

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	2025	2024
Passivo circulante			
Fornecedores	9	3.926	3.937
Empréstimos e financiamentos	10	-	3.731
Impostos e contribuições a recolher		155	114
Imposto de renda e contribuição social a pagar		344	331
Dividendos a pagar	14 (d)	5.610	3.317
Partes relacionadas	11	10.380	-
Licenças ambientais de instalação e operação		174	164
Arrendamentos	12	359	411
Total do passivo circulante		20.948	12.005
Passivo não circulante			
Fornecedores	9	-	117
Empréstimos e financiamentos	10	-	18.903
Impostos e contribuições diferidos		64	56
Provisão para contingências	21	320	3
Arrendamentos	12	2.827	2.834
Licenças ambientais de instalação e operação		270	352
Provisão para desmantelamento	13	398	376
Total do passivo não circulante		3.879	22.641
Patrimônio líquido	14		
Capital social		47.074	42.929
Reservas de lucros		8.820	3.487
Total do patrimônio líquido		55.894	46.416
Total do passivo e do patrimônio líquido		80.721	81.062

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Demonstrações do resultado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Receita operacional líquida	15	30.296	24.510
Custos dos serviços		(23.416)	(17.911)
Custos de operação	16	(4.854)	(5.050)
Depreciação do imobilizado	7	(4.434)	(4.236)
Depreciação do ativo de direito de uso	12	(151)	(151)
Amortização do intangível	8	(213)	(221)
Compra de energia elétrica	17	(12.552)	(7.079)
Encargos de uso da rede elétrica	18	(1.212)	(1.174)
Lucro bruto		6.880	6.599
Receitas (despesas) operacionais		4.587	(771)
Serviços de terceiros		(262)	(588)
Despesas administrativas		(325)	(160)
Despesas com viagem		(2)	-
Depreciação e amortização		-	(1)
Impostos e taxas		-	(19)
Provisão para contingências	21	(317)	(3)
Ganho de indenização em discussão arbitral	21	5.480	-
Resultado da venda de ativo imobilizado		(299)	-
Outras receitas operacionais		312	-
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras		11.467	5.828
Resultado financeiro	19	(552)	(1.811)
Receitas financeiras		861	1.020
Despesas financeiras		(1.413)	(2.831)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		10.915	4.017
Imposto de renda e contribuição social - correntes	20	(1.125)	(1.024)
Lucro líquido do exercício		9.790	2.993

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	9.790	2.993
Total dos resultados abrangentes do exercício	9.790	2.993

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de retenção de lucros		
Em 31 de dezembro de 2023		42.929	1.206	3.931	-	48.066
Dividendos adicionais propostos	14 (d)	-	-	(3.932)	-	(3.932)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	2.993	2.993
Destinação do resultado:	14 (b)					
Constituição de reserva legal - 5%		-	150	-	(150)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(71)	(71)
Reserva de lucro para ser destinada em assembleia de acionista		-	-	2.132	(2.132)	-
Em 31 de dezembro de 2024		42.929	1.356	2.131	-	46.416
Aumento de capital	14 (a)	20.691	-	-	-	20.691
Redução de capital	14 (a)	(16.546)	-	-	-	(16.546)
Dividendos adicionais propostos	14 (c)	-	-	(2.132)	-	(2.132)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	9.790	9.790
Destinação do resultado:	14 (b)					
Constituição de reserva legal - 5%		-	490	-	(490)	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	(2.325)	(2.325)
Reserva de lucro para ser destinada em assembleia de acionista		-	-	6.975	(6.975)	-
Em 31 de dezembro de 2025		47.074	1.846	6.974	-	55.894

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		10.915	4.017
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos com o fluxo de caixa			
Depreciação do imobilizado	7	4.434	4.237
Depreciação do ativo de direito de uso	12	151	151
Amortização do intangível	8	213	221
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10 e 19	504	1.907
Apropriação (amortização) de custos sobre empréstimos	10 e 19	4	11
Atualização financeira sobre empréstimos e financiamentos	10 e 19	126	207
Atualização financeira sobre provisão para desmantelamento	13 e 19	166	175
Atualização financeira sobre licença ambiental de operação	19	17	-
Atualização financeira sobre ICMS diferido	19	8	18
Ajuste a valor presente – provisão para desmantelamento	13 e 19	(144)	(101)
Ajuste a valor presente – passivo de arrendamentos	12 e 19	488	339
Ajuste a valor presente – passivo de licença ambiental de operação	19	41	55
Ajuste a valor presente – ICMS diferido	19	(1)	(126)
Provisão para contingências	21	317	3
Resultado da venda de ativo imobilizado		299	-
		17.538	11.114
(Aumento) redução nos ativos operacionais			
Contas a receber de clientes		(1)	(98)
Impostos e contribuições a recuperar		(104)	(6)
Adiantamentos a fornecedores		(48)	376
Estoque de peças para manutenção da usina		20	270
Partes relacionadas		(402)	4
Despesas pagas antecipadamente		-	1
		(535)	547
Aumento (redução) dos passivos operacionais			
Fornecedores		(128)	727
Impostos e contribuições a recolher		42	(137)
Partes relacionadas		(223)	(9)
		(309)	581
Caixa gerado pelas atividades operacionais		16.694	12.242
(-) Juros pagos de empréstimos e financiamentos	10	(577)	(1.928)
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.002)	(858)
Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais		15.115	9.456
Atividades de investimento			
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)		1.857	49
Aquisição de ativo imobilizado	7	(2.609)	(3.058)
Aquisição de ativo intangível	8	(82)	-

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Notas	2025	2024
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento		(834)	(3.009)
Atividades de financiamento			
Pagamento de passivo de arrendamentos	12	(367)	(268)
Pagamento de passivo de licença ambiental de operação		(130)	(112)
Aumento de capital	14 (a)	20.691	-
Dividendos pagos	14 (d)	(2.164)	(4.042)
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal	10	(22.753)	(3.651)
Fluxo de caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		(4.723)	(8.073)
Aumento (redução) líquido (a) de caixa e equivalentes de caixa		9.558	(1.626)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		4.813	6.439
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		14.371	4.813
Variação em caixa e equivalentes de caixa		9.558	(1.626)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Central Geradora Eólica Palmas S.A. ("CGE Palmas" ou "Companhia"), sociedade anônima de capital fechado, foi fundada em 22 de novembro de 2006 e possui sede na Fazenda Barreiras S/N localizada no distrito de Icaraí, município de Amontada, Estado do Ceará.

Nos termos de seu Estatuto Social, a Companhia tem por objeto social: estudar, planejar, projetar, construir, operar, manter e explorar a Central Geradora Eólica ("EOL") CGE Palmas.

a) Estrutura societária

O Grupo ao qual a Companhia é integrante ("Grupo Ibitu") passou por uma reestruturação societária com o objetivo de racionalizar e simplificar sua estrutura, gerando benefícios administrativos, operacionais, econômicos e financeiros.

Por força desta reestruturação societária, a Companhia, que antes era controlada por Brise Energias Renováveis S.A. ("Brise"), passou a ser controlada, em 30 de junho de 2025, pela Ibitu Energias Renováveis S.A. ("Ibitu Renováveis"), por meio de uma cisão parcial da Brise.

Em ato subsequente, ainda em 30 de junho de 2025, a Ibitu Renováveis foi parcialmente cindida, com a transferência de parte de seus investimentos — incluindo a participação na Companhia — para a Tupi Energias Renováveis S.A. ("Tupi"), que passou a ser sua controladora imediata.

Após a conclusão da reestruturação societária, a Companhia passou a ser diretamente controlada pela Tupi, que, por sua vez, é controlada pela holding Ibitu Energia S.A. ("Ibitu Energia"), controlada pelo Astra Infraestrutura Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP ASTRA").

b) Operação comercial

Em 19 de agosto de 2014, a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") emitiu o despacho nº 3.203 autorizando a entrada em operação comercial das unidades geradoras a partir de 20 de agosto de 2014.

c) Autorização

A Companhia detém, junto à ANEEL (Resolução Autorizativa nº 3.273 de 20 de dezembro de 2011), alterada pela Resolução Autorizativa nº 13.079/2023, a seguinte autorização e registro para geração de energia:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade Instalada MW	Energia assegurada MW médios	Início	Término
CGE Palmas	Ceará	Amontada	24,3	10,4	30/08/2014	30/08/2044

d) Contrato de energia incentivada

A Companhia possui toda a sua produção contratada com agente de comercialização pelo prazo de 20 anos, a partir de 1 de janeiro de 2014, no âmbito do Leilão de Venda de Energia Eólica Incentivada por meio da Oferta Pública para a Venda de Energia Eólica Incentivada da Éolos, Edital nº 001/2010, de 20 de dezembro de 2010.

De acordo com o contrato, a Companhia está obrigada a entregar a Energia Eólica Incentivada ao comprador, independente do montante de energia elétrica que a fonte geradora contratada tenha gerado ou instruída a gerar, devendo as obrigações do contrato relativas à entrega da Energia Eólica Incentivada serem cumpridas por meio da Garantia Física e/ou, se necessário, por meio de contrato de compra que vier a ser celebrado com terceiros.

Durante o ano de 2025 e de 2024, a Companhia adquiriu energia da comercializadora de energia do Grupo Ibitu no mercado de curto prazo, para suprir parte do contrato (Nota Explicativa nº 11).

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta Capital Circulante Líquido ("CCL") negativo de R\$ 4.310 (R\$ 4.678 em 31 de dezembro de 2024), decorrente, primordialmente, de "Partes relacionadas" (Nota Explicativa nº 11), no passivo circulante.

No encerramento do exercício de 2025, a Companhia registrou lucro líquido do exercício de R\$ 9.790 (R\$ 2.993 em 31 de dezembro de 2024) e reportou fluxo de caixa operacional líquido positivo de R\$ 15.115 (R\$ 9.456 em 31 de dezembro de 2024).

Com base nesses indicadores, a Administração avaliou a capacidade de continuidade da Companhia e concluiu que existem recursos e geração de caixa operacional suficientes para liquidar suas obrigações e manter suas atividades em um futuro previsível. Adicionalmente, a Administração não identificou incertezas materiais que pudessem gerar dúvidas significativas sobre a continuidade operacional. Portanto, as presentes demonstrações financeiras foram elaboradas sob o pressuposto de continuidade operacional.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Bases de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, bem como os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes; portanto, o único item do resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas políticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade instalada de produção de energia, dados contratuais, projeções, seguros e informações ambientais, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 05 de março de 2026.

2.2. Declaração de relevância

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração da Companhia aplicou a Orientação Técnica OCPC 07 (R1), com o objetivo de evidenciar principalmente as informações relevantes que auxiliem os usuários na tomada de decisões, sem prejuízo ao atendimento dos requerimentos mínimos exigidos. Adicionalmente, a Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão evidenciadas e são consistentes com aquelas utilizadas na gestão do negócio.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados utilizando o real (R\$), que é a moeda do ambiente econômico em que a Companhia opera, sendo também sua moeda funcional. Todos os valores apresentados em reais foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A elaboração das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e utilize estimativas e premissas, baseadas em fatores objetivos e subjetivos, inclusive com apoio de assessores jurídicos, para determinar os valores adequados para o registro de certas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

Tais julgamentos, estimativas e premissas são revisados pelo menos anualmente, e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Os julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras referem-se aos seguintes aspectos:

- Vida útil dos bens do imobilizado (Nota Explicativa nº 7);
- Vida útil do ativo intangível (Nota Explicativa nº 8);
- Determinação da taxa incremental dos arrendamentos (Nota Explicativa nº 12);
- Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (Nota Explicativa nº 3.7);
- Provisão para cumprimento das obrigações ambientais;
- Provisão para desmantelamento de ativos (Nota Explicativa nº 13); e
- Provisão para contingências (Nota Explicativa nº 21).

3. Políticas contábeis materiais

3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos para atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para fins de investimento ou outros.

3.2. Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é qualquer contrato que dá origem a um ativo financeiro em uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial em outra.

i) Ativos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

Os ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados subsequentemente ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado.

A classificação depende das características contratuais dos fluxos de caixa do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para gerenciá-los. Exceto para contas a receber de clientes sem componente significativo de financiamento (ou quando aplicado o expediente prático), os ativos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis (quando não classificados ao valor justo por meio do resultado).

Para classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, os fluxos de caixa devem ser exclusivamente pagamentos de principal e juros (“teste SPPI”). Ativos que não atendem a esse critério são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos contratuais, da venda dos ativos ou de ambos.

Compras e vendas regulares são reconhecidas na data da negociação.

Os ativos financeiros da Companhia incluem, entre outros, caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, cauções e depósitos vinculados e saldos com partes relacionadas.

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

b) Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas no desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

c) Classificação e mensuração

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia possui apenas ativos financeiros classificados, para mensuração subsequente, ao custo amortizado e ao valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

Os ativos ao custo amortizado são mensurados pelo método da taxa de juros efetiva e estão sujeitos a *impairment*. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou sofre redução ao valor recuperável. Incluem contas a receber de clientes, adiantamentos a fornecedores e saldos com partes relacionadas.

Valor justo por meio do resultado

São apresentados pelo valor justo, com variações líquidas reconhecidas no resultado.

d) Desreconhecimento

Ocorre quando expiram os direitos aos fluxos de caixa ou quando a Companhia transfere substancialmente riscos e benefícios ou perde o controle do ativo.

e) Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

A Administração revisa anualmente os ativos para identificar evidências de *impairment*. Caso identificadas e o valor contábil exceda o recuperável, constitui-se provisão.

Não foram identificadas evidências de *impairment*.

ii) Passivos financeiros

a) Reconhecimento inicial e mensuração

São inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido ou deduzido dos custos de transação diretamente atribuíveis (exceto para os classificados ao valor justo por meio do resultado).

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, saldos com partes relacionadas, dividendos e arrendamentos, entre outros.

b) Mensuração subsequente

Classificados em duas categorias principais: ao valor justo por meio do resultado ou ao custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, todos os passivos financeiros estão classificados ao custo amortizado, exceto quando atendem às exceções previstas no CPC 48.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos).

Calculados considerando deságios/ágios e custos integrantes da taxa de juros efetiva. A amortização é reconhecida como despesa financeira.

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

c) Desreconhecimento

Ocorre quando a obrigação é liquidada, cancelada ou expira, ou quando há modificação substancial dos termos.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos são compensados e apresentados líquidos quando há direito legal executável e intenção de liquidação líquida ou simultânea.

iv) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não possui contratos ou operações com instrumentos derivativos, nem adotou contabilidade de hedge nos exercícios de 2025 e 2024.

3.3. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.4. Estoques de peças para manutenção das usinas

Avaliados pelo menor valor entre custo e valor realizável líquido. Referem-se a materiais para manutenção de equipamentos. O custo inclui aquisição e demais custos necessários para trazer os estoques à condição e localização atuais, atribuídos pelo método do custo médio ponderado. Quando consumidos, são registrados como despesa, não integrando o Ativo Imobilizado.

3.5. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, são apresentados ao custo menos amortização acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Ativos intangíveis gerados internamente, exceto custos de desenvolvimento capitalizados, não são capitalizados, sendo o gasto reconhecido no resultado do exercício em que é incorrido.

A vida útil de ativos intangíveis é classificada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente para redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para verificar se permanece justificável. Caso contrário, a mudança para vida útil definida é aplicada de forma prospectiva.

Um ativo intangível é desreconhecido na venda (na data em que o beneficiário obtém o controle do ativo) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros de sua utilização ou venda. Ganhos ou perdas decorrentes do desreconhecimento (diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil) são reconhecidos no resultado do exercício.

a) Servidão de passagem

As servidões de passagem referem-se a direitos de passagem das linhas de transmissão em faixas que ligam o parque eólico à subestação, localizadas em propriedades particulares urbanas e rurais, constituídos mediante indenização ao proprietário do imóvel.

A amortização das servidões de passagem ocorre linearmente pelo prazo da autorização de geração de energia.

b) Licença ambiental de operação

Após a entrada em operação, a legislação ambiental exige que sejam obtidas as licenças de operação, cujos prazos variam entre 03 e 06 anos. Tendo em vista que as licenças são obtidas antes dos desembolsos necessários para cumprimento de obrigações assumidas na emissão das licenças, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e registrado como ativo intangível – licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção ou formação, deduzido da depreciação acumulada e, quando aplicável, de perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

O custo inclui gastos diretamente atribuíveis para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, bem como custos de financiamento de terceiros relacionados a ativos qualificados, deduzidos das receitas financeiras eventualmente obtidas com recursos não utilizados.

Custos subsequentes são capitalizados somente quando for provável que gerem benefícios econômicos futuros e possam ser mensurados com confiabilidade. O valor contábil de itens substituídos é baixado. Reparos e manutenções ordinárias são reconhecidos no resultado quando incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, considerando a vida útil econômica estimada de cada componente, limitada ao prazo da autorização de geração, quando este for menor. Os bens são depreciados a partir da data em que estão instalados e disponíveis para uso (ou, para ativos construídos internamente, a partir da conclusão da construção).

As taxas de depreciação seguem a Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL, que altera as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), aprovado pela Resolução Normativa nº 367/2009, limitadas ao período de autorização.

Ganhos e perdas na alienação ou baixa de itens do imobilizado são apurados pela diferença entre os recursos recebidos e o valor contábil, sendo reconhecidos líquidos em outras receitas ou despesas operacionais.

Os valores residuais, vidas úteis e métodos de depreciação são revisados e ajustados, se necessário, sempre que houver indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.7. Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados anualmente para teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil excede o valor recuperável (o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso).

Ativos não financeiros previamente ajustados por *impairment* são subsequentemente revisados para possível reversão da perda na data do balanço.

A Administração avaliou e concluiu que não há indícios de *impairment*.

3.8 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor captado (líquido dos custos) e o total a pagar é reconhecida no resultado ao longo do período, pelo método da taxa efetiva de juros.

São classificados como passivo circulante, salvo quando a Companhia tiver direito incondicional de diferir a liquidação por pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Custos de empréstimos diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável (que demande período substancial para ficar pronto) são capitalizados como parte do custo do ativo, quando provável a geração de benefícios econômicos futuros e mensuráveis com confiabilidade. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que incorridos.

3.9 Provisões

Provisões são reconhecidas quando: **(a)** a Companhia possui obrigação presente (legal ou construtiva) decorrente de evento passado; **(b)** é provável a saída de recursos para liquidá-la; e **(c)** o valor pode ser estimado com confiabilidade.

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

As provisões registradas referem-se a desmantelamento de ativos e contingências. Não incluem perdas operacionais futuras.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria, benefícios pós-emprego ou remunerações baseadas em ações.

(a) Provisão para desmantelamento

A provisão para desmantelamento do parque eólico considera a obrigação assumida de remover os ativos ao final do contrato de arrendamento das terras. Inicialmente mensurada ao valor justo, é subsequentemente ajustada ao valor presente por mudanças nos fluxos de caixa estimados ou na taxa de desconto. Os custos correspondentes são capitalizados no imobilizado e depreciados ao longo da vida útil remanescente.

(b) Provisão para contingências

Passivos contingentes são provisionados quando as perdas são prováveis e os valores mensuráveis com suficiente segurança. Contingências possíveis são apenas divulgadas; remotas não são provisionadas nem divulgadas. Obrigações legais são registradas como exigíveis independentemente da probabilidade de êxito, inclusive em processos que questionam a constitucionalidade de tributos.

3.10. Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos correntes são mensurados pelo valor esperado de recuperação ou pagamento às autoridades tributárias, com base nas alíquotas vigentes na data do balanço.

Impostos correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são registrados no patrimônio líquido.

A Administração avalia periodicamente posições fiscais sujeitas a interpretação e constitui provisões quando apropriado.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social são de 25% (IR) e 9% (CSLL).

Conforme legislação, empresas com faturamento anual inferior a R\$ 78.000 no ano-calendário anterior podem optar pelo lucro presumido, com base de cálculo de 8% (IR) e 12% (CSLL) sobre receita bruta (32% para serviços e 100% para receitas financeiras), aplicando-se as alíquotas regulares.

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia optou pelo regime de lucro presumido.

3.11. Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se ele é ou contém arrendamento (direito de controlar o uso de ativo identificado por período em troca de contraprestação).

A Companhia como arrendatária

Aplica abordagem única de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto curto prazo e baixo valor. Reconhece passivos de arrendamento e ativos de direito de uso.

Ativos de direito de uso

Reconhecidos na data de início, mensurados ao custo (igual ao passivo inicial), deduzido de depreciação acumulada e perdas por *impairment*, ajustado por remensurações do passivo. Incluem custos diretos iniciais e pagamentos antecipados, menos incentivos recebidos. Depreciados linearmente pelo menor período entre prazo do arrendamento e vida útil do ativo. Sujeitos a *impairment* (vide Nota Explicativa nº 3.7).

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Passivos de arrendamento

Reconhecidos na data de início pelo valor presente dos pagamentos futuros (fixos, variáveis dependentes de índice/taxa, valores esperados em garantias residuais, menos incentivos). Utiliza taxa incremental de empréstimos da Companhia (taxa implícita não determinável). Subsequentemente, acrescido de juros e reduzido por pagamentos. Remensurado por modificações, mudanças de prazo ou índices.

3.12. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, de encargos e variações monetárias.

3.13. Capital social

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

3.14. Apuração do resultado

a) Receitas

A receita operacional é mensurada pela contraprestação recebida ou a receber, reconhecida quando (ou à medida que) a Companhia transfere o controle de bens ou serviços ao cliente, refletindo o montante esperado em troca.

Segue o modelo de cinco etapas do CPC 47 (Receita de Contrato com Cliente): identificação do contrato, obrigações de desempenho, preço da transação, alocação e reconhecimento ao cumprir obrigações.

A receita de venda de energia é reconhecida com base na energia assegurada e tarifas contratuais ou preço de mercado, conforme aplicável.

b) Custos de serviços

Os custos de serviços de energia elétrica são reconhecidos pelo regime de competência, líquidos de créditos de impostos quando aplicável, e associados diretamente à receita.

Compreendem basicamente gastos com manutenção e operação de equipamentos de geração e instalações elétricas, mão de obra e serviços terceirizados na operação, depreciação de ativos e encargos de transmissão.

3.15. Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 02 (R2) - Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis	Tratamento contábil para ausência de conversibilidade/permutabilidade	01/01/2025
OCPC 10 - Créditos de Carbono (tCO ₂ e), Permissões de emissão (allowances) e Crédito de Descarbonização (CBIO)	Reconhecimento, mensuração e divulgação de créditos de carbono, permissões de emissão e CBIOs, visando consistência nas demonstrações financeiras e conexão com relatórios de sustentabilidade	01/01/2025

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e concluiu que não há impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
IFRS S1 - Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao Clima	Requisitos gerais e específicos para divulgações de sustentabilidade e riscos climáticos	Adoção voluntária a partir de 2024; obrigatória a partir de 01/01/2026 ou posterior para companhias abertas (conforme cronograma CVM)
IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública de Divulgações (equivalente esperado no CPC)	Permite que as subsidiárias apliquem as normas IFRS com requisitos de divulgação reduzidos	01/01/2027
CPC 48 e CPC 40 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros	Clarificações sobre reconhecimento, desreconhecimento e novas divulgações para instrumentos financeiros	01/01/2026
CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (equivalente à IFRS 18)	Nova estrutura do demonstrativo de resultado, princípios de agregação/desagregação e novas divulgações	01/01/2027

A Administração da Companhia está monitorando essas normas e avaliará eventuais impactos quando da sua vigência.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Conta corrente	15	20
Aplicações financeiras (*)	14.356	4.793
Total	14.371	4.813

(*) As aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros referem-se substancialmente a CDBs de renda fixa, em instituições de primeira linha, remunerados à taxa média de 100% e 100,18% da variação do CDI, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

5. Contas a receber de clientes

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o saldo de contas a receber de clientes refere-se a valores a vencer, decorrentes da liquidação dos contratos de energia incentivada.

O prazo médio de recebimento dos valores relativos à venda de energia com terceiros é de 20 dias, excetuando-se as transações com partes relacionadas, que são liquidadas sob demanda. Não há montantes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

Nos saldos de contas a receber, incluem-se valores de transações com partes relacionadas (Nota Explicativa nº 11), relativos à venda de energia, com a Ibitu Comercializadora de Energia Ltda., conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Ativo circulante		
Cemig Geração e Transmissão S.A.	2.126	2.125
	2.126	2.125

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foi constituída provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD), uma vez que não foram identificadas evidências de perdas esperadas na realização das contas a receber. Essa conclusão considera as características do mercado em que a Companhia atua, as garantias e mecanismos de proteção disponíveis, o histórico de recebimentos e a expectativa da Administração.

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

6. Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)

	2025	2024
Ativo circulante		
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	-	270
Ativo não circulante		
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	-	1.587
Total	-	1.857

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía saldos de cauções e depósitos vinculados.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de R\$ 1.857 referia-se a aplicações financeiras de renda fixa vinculadas como garantia ao financiamento contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Em 16 de abril de 2025, a controladora realizou aporte à Companhia no montante de R\$ 20.691, que, somado ao caixa restrito existente, permitiu a quitação integral da dívida junto ao BNDES no valor de R\$ 21.691. Com essa operação, o financiamento foi liquidado e o caixa restrito foi integralmente liberado.

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação dos referidos gastos está sendo executada mensalmente pelo método linear considerando a vida útil efetiva dos bens, com base nas taxas estabelecidas pela ANEEL, limitada ao período da autorização. O quadro adiante demonstra a classificação e a taxa média de depreciação nos termos mencionados:

	Taxa média de depreciação anual %	2025			2024		
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Em serviço							
Edificações, obras civis e benfeitorias	4,06%	2.438	(629)	1.809	2.438	(530)	1.908
Máquinas e equipamentos	4,49%	98.133	(45.504)	52.629	94.979	(41.171)	53.808
Móveis e utensílios	-	-	-	-	5	(4)	1
Provisão para desmantelamento	0,54%	172	(155)	17	172	(154)	18
Total em serviço		100.743	(46.288)	54.455	97.594	(41.859)	55.735
Em curso							
Máquinas e equipamentos		125	-	125	-	-	-
Material em depósito		67	-	67	3.013	-	3.013
Compras em andamento		-	-	-	690	-	690
Total em curso		192	-	192	3.703	-	3.703
Total		100.935	(46.288)	54.647	101.297	(41.859)	59.438

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

A movimentação do imobilizado é como segue:

Em 2025	Em 31 de dezembro de 2024	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação	Em 31 dezembro de 2025
Em serviço						
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.908	-	-	-	(99)	1.809
Máquinas e equipamentos	53.808	-	-	3.154	(4.333)	52.629
Móveis e utensílios	1	-	-	-	(1)	-
Provisão para desmantelamento	18	-	-	-	(1)	17
Total em serviço	55.735	-	-	3.154	(4.434)	54.455
Em curso						
Máquinas e equipamentos	-	3.279	-	(3.154)	-	125
Material em depósito	3.013	20	(2.966)	-	-	67
Compras em andamento	690	(690)	-	-	-	-
Total em curso	3.703	2.609	(2.966)	(3.154)	-	192
Total	59.438	2.609	(2.966)	-	(4.434)	54.647

Em 2024	Em 31 de dezembro de 2023	Adições	Transferência	Depreciação	Em 31 dezembro de 2024
Em serviço					
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.208	-	776	(76)	1.908
Máquinas e equipamentos	56.043	-	1.924	(4.159)	53.808
Móveis e utensílios	2	-	-	(1)	1
Provisão para desmantelamento	19	-	-	(1)	18
Total em serviço	57.272	-	2.700	(4.237)	55.735
Em curso					
Máquinas e equipamentos	960	1.824	(2.784)	-	-
Material em depósito	2.327	255	431	-	3.013
Compras em andamento	58	979	(347)	-	690
Total em curso	3.345	3.058	(2.700)	-	3.703
Total	60.617	3.058	-	(4.237)	59.438

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

	Taxa média de amortização anual %	2025			2024		
		Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Direito de exploração (a)	3,33%	2.430	(918)	1.512	2.430	(919)	1.511
Licença ambiental de operação (b)	23,08%	573	(264)	309	573	(132)	441
Total		3.003	(1.182)	1.821	3.003	(1.051)	1.952

A movimentação do intangível aconteceu da seguinte forma:

Em 2025	Em 31 de dezembro de 2024	Adição	Amortização	Em 31 de dezembro de 2025
Direito de exploração (a)	1.511	82	(81)	1.512
Licença ambiental de operação (b)	441	-	(132)	309
Total	1.952	82	(213)	1.821

Em 2024	Em 31 de dezembro de 2023	Constituição de ativo de licença ambiental	Reclassificação do imobilizado	Amortização	Em 31 de dezembro de 2024
Direito de exploração (a)	1.600	-	-	(89)	1.511
Licença ambiental de operação (b)	-	573	-	(132)	441
Total	1.600	573	-	(221)	1.952

a) Direito de exploração

O saldo referente ao direito de exploração, no valor de R\$ 1.512, é decorrente da contrapartida paga às antigas proprietárias pela compra do respectivo projeto eólico. Devido a entrada em operação comercial o saldo de direito de exploração teve sua amortização iniciada e será realizada pelo prazo remanescente da autorização, que se encerra em 30 de agosto de 2044.

b) Licença ambiental de operação

A legislação ambiental exige que licenças de operação sejam obtidas para que seja possível gerar energia elétrica comercialmente. Os custos ambientais associados às licenças ambientais são estimados pelo período de vigência da licença, esses custos são provisionados e registrados como ativo intangível e amortizados pelo prazo de vigência da licença. A licença ambiental da Companhia foi emitida em 02 de maio de 2022 e é válida até 30 de abril de 2028.

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

9. Fornecedores

O saldo a pagar a fornecedores representa substancialmente valores a pagar remanescentes por compras de materiais e serviços da operação e manutenção do parque eólico, compra de energia, e encargos de uso da rede com vencimento médio de até 3 meses, com exceção de partes relacionadas que são liquidadas sob demanda. Não há montantes vencidos em 31 de dezembro de 2025 e de 2024.

A seguir demonstramos a composição de fornecedores:

	2025	2024
Passivo circulante		
Fornecedores diversos	916	1.008
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa nº 11)	3.010	2.929
	3.926	3.937
Passivo não circulante		
Fornecedores diversos	-	117
	-	117
Total de fornecedores	3.926	4.054

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui operações de risco sacado.

10. Empréstimos e financiamentos

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía saldos de empréstimos e financiamentos.

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo referia-se ao financiamento de longo prazo contratado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A composição dos saldos era a seguinte:

	2025			2024		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	-	-	-	3.742	18.958	22.700
(-) Custo de captação	-	-	-	(11)	(55)	(66)
Total	-	-	-	3.731	18.903	22.634

A Companhia firmou, em setembro de 2014, o contrato de financiamento de longo prazo com o BNDES no valor total de R\$ 56.148 dividido em 2 subcréditos "A" e o "B". Os encargos financeiros eram compostos pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) acrescida de spread predeterminado.

O contrato previa 192 prestações mensais, com vencimento da primeira em 15 de março de 2015 e da última em 15 de fevereiro de 2031. Os recursos foram utilizados para quitação de empréstimo-ponte anteriormente contratado com o próprio BNDES.

Em 16 de abril de 2025, a controladora realizou aporte à Companhia no montante de R\$ 20.691, que, somado ao caixa restrito existente, permitiu a quitação integral da dívida junto ao BNDES no valor total de R\$ 21.691 (principal e encargos). Com essa operação, o financiamento foi liquidado antecipadamente, e todas as garantias associadas foram liberadas.

a) Garantias e covenants do BNDES (até a data da quitação)

Até 16 de abril de 2025, as principais garantias oferecidas ao BNDES eram:

- Penhor da totalidade das ações de emissão da Companhia e de quaisquer ações futuras subscritas até a liquidação integral;
- Penhor de máquinas e equipamentos do parque eólico;
- Cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes de contratos de venda de energia;
- Cessão fiduciária dos créditos depositados em contas vinculadas (caixa restrito).

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

O contrato previa vencimento antecipado em casos como descumprimento de obrigações, alteração de controle sem anuência do BNDES, insuficiência ou execução de garantias por terceiros, falência, não renovação de autorizações regulatórias, entre outros.

Todas as cláusulas restritivas (“covenants”) foram devidamente cumpridas até a quitação do financiamento.

A mutação no exercício ocorreu da seguinte forma:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	22.634	26.088
Transferência do custo de transação	62	-
Juros sobre financiamentos (Nota Explicativa nº 19)	504	1.907
Atualização financeira - TJLP (Nota Explicativa nº 19)	126	207
Pagamento de principal	(22.753)	(3.651)
Juros pagos	(577)	(1.928)
Apropriação de custo sobre empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 19)	4	11
Saldo no final do exercício	-	22.634

11. Partes relacionadas

Os saldos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 são como demonstrados a seguir:

	2025	2024
Ibitu Energias Renováveis S.A.	352	-
Ibitu Energia S.A.	112	-
Total partes relacionadas - ativo não circulante - compartilhamento de despesas - saldo a compensar (A)	464	-
Central Geradora Eólica Ilha Grande S.A.	2.667	-
Central Geradora Eólica Boreas S.A.	250	250
Central Geradora Eólica Caiçara S.A.	1.542	1.542
Total partes relacionadas - ativo não circulante - títulos a receber (B)	4.459	1.792
Brise Energias Renováveis S.A.	-	5.943
Total partes relacionadas - ativo não circulante - mútuo a receber (C)	-	5.943
Total partes relacionadas - ativo não circulante (A+B+C)	4.923	7.735
Tupi Energias Renováveis S.A.	10.380	-
Total partes relacionadas - passivo circulante - redução de capital a pagar (a)	10.380	-
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa nº 9)	3.010	2.929
Total partes relacionadas - passivo circulante - fornecedores	3.010	2.929
Operações no resultado do ano:		
Receita de venda de energia (A)		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa nº 15)	6.838	2.117
Total	6.838	2.117
Custo com compra de energia (B)		
Ibitu Comercializadora de Energia Ltda. (Nota Explicativa nº 17)	(10.174)	(7.079)
Total	(10.174)	(7.079)

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Contrato de compartilhamento de despesas (C)		
Ibitu Energias Renováveis S.A.	(166)	(204)
Ibitu Energia S.A.	(1.638)	(2.851)
Total partes relacionadas - contrato de compartilhamento de despesas	(1.804)	(3.055)
Custo com pessoal (Nota Explicativa nº 16)	(1.502)	(2.552)
Despesa serviços de terceiros	(169)	(344)
Despesas com arrendamento	(36)	-
Despesas administrativas	(97)	(159)
	(1.804)	(3.055)
Total partes relacionadas - resultado (A+B+C)	(5.140)	(8.017)

a) Redução de capital social pagar (passivo)

	2025	2024
Saldo inicial	-	-
Redução de capital social	16.546	-
Compensação de redução de capital social com ativo de partes relacionadas	(6.166)	-
Saldo final	10.380	-

Sobre todas as transações entre partes relacionadas não há a incidência de encargos financeiros.

Nenhuma das transações entre partes relacionadas está vencida ou possui indícios de não recuperabilidade. Essas transações são liquidadas sob demanda.

Todas as operações são realizadas em condições específicas negociadas contratualmente entre as partes e não ocorreram transações avaliadas como atípicas e fora do curso normal dos negócios.

Remuneração do pessoal chave da Administração

Até junho de 2025, a remuneração dos diretores da Companhia foi paga pela controladora indireta Ibitu Energia S.A. A partir de julho de 2025, tais remunerações passaram a ser pagas pela parte relacionada Ibitu Energias Renováveis S.A.

Em ambos os períodos, as despesas foram compartilhadas com a Companhia e com outras empresas do Grupo Ibitu por meio de reembolso, nos termos do Contrato de Compartilhamento de Despesas.

12. Ativo de direito de uso e Arrendamento

A Companhia possui contratos de arrendamento de terras para instalação e operação do parque de geração de energia eólica, com prazo alinhado à autorização de geração. Os pagamentos de arrendamento correspondem a 1,5% do faturamento proveniente da venda de energia elétrica ao longo de todo o período da autorização. Embora os pagamentos sejam calculados com base no faturamento, a Companhia os classifica como fixos em essência, uma vez que tanto o preço de venda da energia quanto a quantidade contratada (MWh) estão preestabelecidos nos contratos de longo prazo, sem variações significativas esperadas. Assim, os componentes variáveis do faturamento não foram incluídos na mensuração inicial do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento.

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Ativo de direito de uso:

Os saldos e a movimentação do ativo de direito de uso estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	3.023	-
Constituição	-	3.174
Ajuste de remensuração	(180)	-
Depreciação - 4,76% a.a.	(151)	(151)
Saldo no final do exercício	2.692	3.023

O ativo de direito de uso é depreciado linearmente pelo menor prazo entre o período do arrendamento e a vida útil estimada do ativo subjacente.

Arrendamentos:

Os passivos foram mensurados ao valor presente dos pagamentos de arrendamentos remanescentes descontados por meio da taxa real WACC de 10,67% a.a. As premissas utilizadas pela Companhia para estimar a taxa incremental tomaram como base o custo médio de captação da dívida.

Os saldos e a movimentação dos passivos de arrendamento estão demonstrados a seguir:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	3.245	-
Constituição	-	3.174
Ajuste de remensuração	(180)	-
Ajuste a valor presente (Nota Explicativa nº 19)	488	339
Pagamentos	(367)	(268)
Saldo no final do exercício	3.186	3.245
Saldo do passivo circulante	359	411
Saldo do passivo não circulante	2.827	2.834

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de arrendamento possui o seguinte cronograma de vencimento:

Saldo devedor total em 31 de dezembro de 2025	Menos de um ano até 31 de dezembro de 2026	Entre um e quatro anos De 01/01/2027 até 12/2030	Após 2030
3.186	359	1.242	1.585

13. Provisão para desmantelamento

A Companhia reconhece provisão para os custos de desmantelamento e remoção do parque eólico ao final do prazo de autorização de geração, em atendimento às obrigações contratuais, regulatórias e ambientais.

A provisão é calculada com base em estimativa elaborada pela equipe interna de engenharia, a partir de estudos de mercado, que considera os custos necessários para desmontagem e restauração das áreas. No reconhecimento inicial, o valor da provisão é adicionado ao custo do ativo imobilizado correspondente. Subsequentemente, os efeitos de atualização monetária e de ajuste a valor presente são reconhecidos como despesa financeira no resultado do exercício.

As estimativas de custos são projetadas até o término do prazo de autorização, atualizadas pelo IPCA e descontadas a valor presente utilizando taxa real de desconto de 12,81% a.a. Essas premissas e estimativas são reavaliadas periodicamente pela Administração, com eventuais ajustes reconhecidos prospectivamente.

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Os custos capitalizados no ativo imobilizado são depreciados linearmente ao longo do prazo remanescente de autorização.

	2025	2024
Saldo no início do exercício	376	302
Atualização financeira (Nota Explicativa nº 19)	166	175
Ajuste a valor presente (Nota Explicativa nº 19)	(144)	(101)
Saldo no final do exercício	398	376

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital social, no montante de R\$ 42.929, encontrava-se integralizado exclusivamente pela então controladora Brise Energias Renováveis S.A.

Durante o exercício de 2025, ocorreram as seguintes movimentações:

- Em 16 de abril de 2025, aporte realizado pela controladora Brise, no valor de R\$ 20.691, elevando o capital social para R\$ 63.620;
- Em maio de 2025, redução de capital no montante de R\$ 4.900, efetivada pela Brise, resultando em capital social de R\$ 58.720;
- Em 30 de junho de 2025, redução de capital no montante de R\$ 5.943, efetivada pela Brise, resultando em capital social de R\$ 52.777. A liquidação dessa redução de capital ocorreu com baixa de mútuo;
- Em setembro de 2025, nova redução de capital no montante de R\$ 223, efetivada pela Tupi Energias Renováveis S.A., resultando no capital social final de R\$ 52.554. A liquidação dessa redução de capital ocorreu com baixa de ativo de partes relacionadas;
- Em dezembro de 2025, nova redução de capital no montante de R\$ 5.480, efetivada pela Tupi Energias Renováveis S.A., resultando no capital social final de R\$ 47.074.

E, em decorrência da reestruturação societária (Nota Explicativa nº 1 (a)), a partir de 30 de junho de 2025, o capital social, representado por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passou a ser integralizado exclusivamente pela Tupi Energias Renováveis S.A., atual controladora da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025	Percentual do capital		
	Ações ordinárias	social	Valor
Tupi Energias Renováveis S.A.	47.073.733	100%	47.074
	47.073.733	100%	47.074

Em 31 de dezembro de 2024	Percentual do capital		
	Ações ordinárias	social	Valor
Brise Energias Renováveis S.A.	42.928.947	100%	42.929
	42.928.947	100%	42.929

b) Destinação do resultado

Dos lucros líquidos apurados no balanço anual, desde que não haja prejuízos acumulados que absorvam os lucros, serão deduzidos: **(i)** 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social; **(ii)** importância para o pagamento do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela Diretoria.

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	9.790	2.993
Reserva legal - 5%	490	150
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	2.325	711
Constituição de reserva de lucro a ser destinada em assembleia	6.975	2.132

c) Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de retenção de lucros é formada pelos resultados após a destinação de dividendos obrigatórios, sendo apresentada anualmente pela Administração em assembleia de acionistas para destinação.

	2025	2024
Saldo inicial	3.487	5.137
Dividendos adicionais propostos (*)	(2.132)	(3.932)
Reserva legal - 5%	490	150
Constituição de reserva de lucro a ser destinada em assembleia	6.975	2.132
Saldo final - Reservas de lucros	8.820	3.487

(*) Em Assembleias Gerais Ordinárias do acionista realizadas em 30 de abril de 2025 e 30 de abril de 2024, foram aprovados os pagamentos de distribuições de dividendos adicionais à conta de reserva de lucros da Companhia nos montantes de R\$ 2.132 e R\$ 3.932, respectivamente.

d) Dividendos a pagar (passivo)

	2025	2024
Saldo inicial	3.317	2.716
Dividendos adicionais propostos (Nota Explicativa nº 14 (c))	2.132	3.932
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício (Nota Explicativa nº 14 (b))	2.325	711
Pagamento de dividendos	(2.164)	(4.042)
Saldo final	5.610	3.317

15. Receita operacional líquida

	2025	2024
Suprimento de energia - terceiros	24.714	23.425
Suprimento de energia - partes relacionadas (Nota Explicativa nº 11)	6.838	2.117
Total receita bruta (Nota Explicativa nº 20)	31.552	25.542
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(205)	(166)
Cofins	(947)	(766)
Taxa de fiscalização	(104)	(100)
Total das deduções	(1.256)	(1.032)
Total	30.296	24.510

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Impacto de constrained-off (cortes involuntários de geração)

A Companhia registrou redução em sua receita no período em análise devido aos impactos do mecanismo conhecido como “constrained-off”. Esse fenômeno ocorre quando a operação de determinadas unidades geradoras é limitada ou interrompida por decisão do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), em razão de restrições operativas no sistema elétrico, como limitações na capacidade de transmissão, priorização de outras fontes de geração ou condições hidrológicas/técnicas específicas.

O “constrained-off” resulta na diminuição da geração de energia pelas unidades afetadas, impactando diretamente a receita da Companhia. No período, a Companhia foi impactada pela redução na geração, conforme a seguir:

2025		2024	
MWh (*) (**)	R\$ mil	MWh (*) (**)	R\$ mil
23.484	5.338	8.296	1.398

(*) Informação não-financeira não auditada

Lei nº 15.269/2025 - Possibilidade de ressarcimento de curtailment

Em novembro de 2025 foi sancionada a Lei nº 15.269/2025 (originária da MP nº 1.304/2025), que introduz medidas de modernização do setor elétrico, incluindo a possibilidade de ressarcimento de valores relacionados a cortes involuntários de geração (curtailment/constrained-off).

Em 31 de dezembro de 2025, o MME abriu a Consulta Pública nº 210/2025 com proposta de termo de compromisso para compensação do constrained-off por razão elétrica e por confiabilidade referente ao período de setembro de 2023 a novembro de 2025. O tema ainda se encontra pendente de deliberação. A Companhia está avaliando a adesão à repactuação prevista na lei, o que poderá resultar em recebimento de ressarcimento, dependendo da regulamentação complementar pela ANEEL e da opção efetivada, estimado em R\$ 2.039 (**). Até 31 de dezembro de 2025, não foi exercida qualquer opção de repactuação, e os saldos foram mantidos conforme as regras vigentes anteriores à lei.

(**) melhores estimativas, sujeitas a alterações com o cálculo final realizado pelo ONS.

16. Custos de operação

	2025	2024
Aluguéis e arrendamentos	(146)	(51)
Custo com pessoal (Nota Explicativa nº 11)	(1.502)	(2.552)
Serviços de terceiros e materiais com operação e manutenção	(3.115)	(2.161)
Seguros	(119)	(121)
Impostos e taxas	(12)	(26)
Ajuste de inventário	(9)	(35)
Outros custos	49	(104)
Total	(4.854)	(5.050)

17. Compra de energia elétrica

Para o cumprimento dos contratos de venda de energia incentivada, mencionado na Nota Explicativa nº 1 (c), a Companhia firmou contratos de compra de energia elétrica com partes relacionadas e com terceiros, com objetivo de suprir a obrigação contratual de entrega de energia, conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Compra de energia - terceiros	(2.378)	-
Compra de energia - partes relacionadas (Nota Explicativa nº 11)	(10.174)	(7.079)
Total compra de energia elétrica	(12.552)	(7.079)

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

O aumento da necessidade de aquisição de energia elétrica para o cumprimento dos contratos de venda decorre, principalmente, dos efeitos do *constrained-off* sobre a geração eólica da Companhia, que reduziram a energia efetivamente disponibilizada, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 15.

18. Encargos de uso da rede elétrica

Os encargos de uso da rede elétrica referem-se ao Encargo de Uso do Sistema de Transmissão (EUST), pago mensalmente às concessionárias de transmissão.

Os valores reconhecidos como despesa operacional nos exercícios foram os seguintes:

Exercício	Valor
2025	(1.212)
2024	(1.174)

O valor do EUST é calculado com base no Montante de Uso do Sistema de Transmissão (MUST) contratado, multiplicado pela Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), a qual é atualizada anualmente pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Adicionalmente, nos termos da Lei nº 9.427/1996, a Companhia beneficia-se de redução de 50% na TUST, em razão da potência injetada no sistema de transmissão ser inferior a 30 MW (*).

(*) Informação não-financeira não auditada

19. Resultado financeiro líquido

	2025	2024
Receitas financeiras		
Receita de aplicação financeira de equivalentes de caixa e cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	715	793
Ajuste a valor presente sobre provisão para desmantelamento (Nota Explicativa nº 13)	144	101
Ajuste a valor presente sobre ICMS diferido	1	126
Outras receitas financeiras	1	-
Total	861	1.020
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (Nota Explicativa nº 10)	(504)	(1.907)
Comissões e fianças bancárias	(41)	(77)
IOF, taxas e tarifas bancárias	(15)	(39)
Ajuste a valor presente sobre passivo de arrendamentos (Nota Explicativa nº 12)	(488)	(339)
Ajuste a valor presente sobre passivo de licença ambiental de operação	(41)	(55)
Atualização financeira sobre passivo de licença ambiental de operação	(17)	-
Atualização financeira sobre ICMS diferido	(8)	(18)
Atualização financeira sobre provisão para desmantelamento (Nota Explicativa nº 13)	(166)	(175)
Atualização financeira sobre financiamentos - TJLP (Nota Explicativa nº 10)	(126)	(207)
Custo de captação de financiamentos (Nota Explicativa nº 10)	(4)	(11)
Outras despesas financeiras	(3)	(3)
Total	(1.413)	(2.831)
Resultado financeiro líquido	(552)	(1.811)

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

20. Imposto de renda e contribuição social correntes

		2025	2024
Receita bruta (Nota Explicativa nº 15)		31.552	25.542
Total receita bruta		31.552	25.542
IRPJ			
Alíquota da base	8%		
Base de cálculo do IRPJ		2.524	2.043
Alíquota nominal	15%	(379)	(307)
Alíquota adicional	10%	(228)	(180)
Total IR sobre receita bruta		(607)	(487)
Base receita financeira (regime de caixa)		520	768
Outras receitas		1	-
Alíquota nominal	15%	(78)	(115)
Alíquota adicional	10%	(52)	(77)
Total IR sobre receita financeira		(130)	(192)
Total final IR a pagar		(737)	(679)
Total receita bruta		31.552	25.542
CSLL			
Alíquota da base	12%		
Base de cálculo da CSLL		3.786	3.065
Alíquota	9%	(341)	(276)
Total CSLL sobre receita bruta		(341)	(276)
Base receita financeira (regime de caixa)		520	768
Outras receitas		1	-
Alíquota	9%	(47)	(69)
Total CSLL sobre receita financeira		(47)	(69)
Total final CSLL a pagar		(388)	(345)
Total final IR/CSLL a pagar		(1.125)	(1.024)

21. Provisão para contingências

A Companhia avalia periodicamente suas demandas judiciais e administrativas, com apoio de assessores jurídicos externos, classificando-as conforme a probabilidade de perda (provável, possível ou remota), em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

Provisões são constituídas apenas quando a perda é avaliada como provável, há uma obrigação presente decorrente de evento passado e o valor pode ser estimado com razoável confiabilidade.

a) Processos com probabilidade de perda classificada como provável

A seguir, as ações judiciais com prognóstico de perda provável em 31 de dezembro:

Resumo do processo	Tipo de processo	Esfera	2025		2024	
			Quant.	Valor (R\$)	Quant.	Valor (R\$)
Auto de infração por alegado descumprimento de condicionante de autorização para uso alternativo do solo por supressão vegetal	Ambiental	Administrativa	2	R\$ 320	2	R\$ 3

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Movimentação dos processos com probabilidade de perda classificada como provável:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	3	-
(+) Constituição de provisão para contingência	317	3
Saldo ao final do exercício	320	3

b) Processos com probabilidade de perda classificada como possível

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia era parte em processos judiciais e administrativos nos quais a Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos, avalia a probabilidade de perda como possível. Nesses casos, não foram constituídas provisões.

A seguir, as ações judiciais com prognóstico de perda possível em 31 de dezembro:

Resumo do processo	Tipo de processo	Esfera	2025		2024	
			Quant.	Valor (R\$)	Quant.	Valor (R\$)
Impugnação contra cobrança de ISSQN sobre serviço tomado (**)	Tributário	Administrativa	7	R\$ 8.364	6	R\$ 8.211
Indenização referente ao impacto da linha de transmissão sobre propriedade de terceiros	Cível e Imobiliário	Judicial	4	R\$ 8.790	3	R\$ 8.296
Procedimento arbitral – Pedido contraposto (***)	Arbitragem	Arbitragem	-	-	1	R\$31.156
Desoneração de associados da ABRACEEL dos efeitos de decisões judiciais relacionadas ao GSF	Regulatório	Judicial	1	Sem valor atribuído (*)	1	R\$373
Ações judiciais com associações setoriais, questionando cobranças do setor elétrico	Regulatório	Judicial	3	Sem valor atribuído (*)	3	Sem valor atribuído (*)
Reclamação trabalhista em que é pleiteado o pagamento de adicional de periculosidade	Trabalhista	Judicial	1	R\$ 368	-	-
Alegação de não cumprimento de condicionante ambiental	Ambiental	Administrativa	1	R\$ 27	1	R\$ 27

(*) Processos sem valor econômico envolvido.

(**) Impugnação contra cobrança de ISSQN sobre serviço tomado

Em 7 de janeiro de 2025, a Companhia ajuizou Ação Declaratória cumulada com Obrigação de Fazer em face da Prefeitura Municipal de Amontada/CE.

A ação objetiva o reconhecimento da prescrição de créditos tributários referentes a auto de infração, lavrado em 2014, que questiona a exclusão de determinados valores da base de cálculo do ISS incidente sobre aquisições de maquinário para implantação do parque eólico.

Conforme alegado na inicial, houve inércia da municipalidade por mais de cinco anos desde a constituição definitiva do crédito, ocorrida em 9 de agosto de 2019, sem o ajuizamento de execução fiscal. Assim, amparada pelo art. 174 do Código Tributário Nacional, a Companhia requer a extinção dos créditos tributários e o afastamento de quaisquer restrições fiscais indevidas, inclusive com pedido de tutela provisória de urgência.

A Administração entende que a probabilidade de êxito da demanda é possível e acompanha o processo com assessoria jurídica especializada.

(***) Recebimento de indenização em discussão arbitral

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Em 27 de abril de 2020, a Companhia, em conjunto com outras empresas do Grupo Ibitu, iniciou um procedimento arbitral contra um fornecedor, buscando o pagamento de danos, multas e indenizações, em montante superior ao da demanda contraposta. Em 17 de junho de 2025, o Tribunal Arbitral proferiu sentença favorável, resultando no recebimento final, em 23 de setembro de 2025, de indenização de R\$ 5.480.

22. Instrumentos financeiros

A Companhia está exposta principalmente a risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos adiante poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A Companhia, a partir da estrutura corporativa do Grupo Ibitu Energia (Controladora indireta), detém estrutura e política de gerenciamento de riscos, envolvendo Conselho de Administração, Comitês de Assessoramento do Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Riscos e Compliance.

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

a) Fatores de risco financeiro (gerenciamento de risco)

i) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se à possibilidade de inadimplência por contrapartes, impactando as receitas da Companhia. Esse risco é gerenciado pela controladora.

Para 31 de dezembro de 2025 e de 2024, o risco de crédito da Companhia relaciona-se à capacidade de as instituições financeiras honrarem com seus compromissos. Nesse sentido, os recursos são aplicados em instituições de primeira linha.

A geração de energia da usina será entregue a agente de comercialização por meio de contrato de energia incentivada. O risco está associado a eventuais inadimplências no pagamento do contrato. Entretanto, a Companhia não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência.

ii) Risco de escassez de vento

Esse risco decorre da variabilidade natural dos ventos, que pode reduzir a geração de energia abaixo do volume contratado, impactando receitas gerando necessidade de compra de energia. A Companhia mitiga esse risco por meio de contratos de longo prazo com energia assegurada ajustada e monitoramento contínuo da performance eólica.

iii) Risco de liquidez

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é analisado no nível de sua controladora para posterior investimento em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados e/ou liquidez suficiente.

A seguir são demonstrados os fluxos de caixa contratados e não descontados.

	Saldo devedor total em 31 de dezembro de 2025	Menos de um ano - até 31 de dezembro de 2026	Entre 1º de janeiro de 2027 e 31 de dezembro de 2030	Após 2030
Fornecedores	3.926	3.926	-	-
Total	3.926	3.926	-	-

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia não possui operações de risco sacado.

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

iv) Risco de taxa de juros

Até 16 de abril de 2025, a Companhia estava exposta ao risco de variação da TJLP no financiamento junto ao BNDES (quitado antecipadamente nessa data – vide Nota Explicativa nº 10). Após a quitação, não há exposição relevante a risco de taxa de juros em instrumentos financeiros.

v) Estimativa do valor justo

O valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em transação não forçada entre participantes de mercado na data de mensuração.

Os saldos contábeis de contas a receber, fornecedores, partes relacionadas e arrendamentos aproximam-se substancialmente dos valores justos, em razão de seus prazos curtos ou indexação a taxas de mercado. Não é necessária divulgação adicional de estimativas de valor justo.

vi) Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

No quadro a seguir são apresentados e classificados os principais instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	2025	2024	Nível	Classificação por categoria
Ativos financeiros, conforme balanço				
Circulante				
Conta corrente (caixa e equivalentes de caixa)	15	20	-	Custo amortizado
Aplicações financeiras (caixa e equivalentes de caixa)	14.356	4.793	1	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes	2.126	2.125	-	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	-	270	2	Valor justo por meio do resultado
Adiantamentos a fornecedores	48	-	-	Custo amortizado
Despesas pagas antecipadamente	32	32	-	Custo amortizado
Total	16.577	7.240		
Não circulante				
Cauções e depósitos vinculados (caixa restrito)	-	1.587	2	Valor justo por meio do resultado
Partes relacionadas	4.923	7.735	-	Custo amortizado
Total	4.923	9.322		
Total ativos financeiros	21.500	16.562		
Passivos financeiros, conforme balanço				
Circulante				
Fornecedores	3.926	3.937	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	-	3.731	-	Custo amortizado
Dividendos a pagar	5.610	3.317	-	Custo amortizado
Arrendamentos	359	411	-	Custo amortizado
Licenças ambientais de instalação e operação	174	164	-	Custo amortizado
Partes relacionadas	10.380	-	-	Custo amortizado
Total	20.449	11.560		
Não circulante				
Fornecedores	-	117	-	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	-	18.903	-	Custo amortizado
Arrendamentos	2.827	2.834	-	Custo amortizado
Licenças ambientais de instalação e operação	270	352	-	Custo amortizado
Total	3.097	22.206		
Total passivos financeiros	23.546	33.766		

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

Todos os instrumentos são classificados ao custo amortizado, exceto aplicações financeiras e cauções vinculadas (valor justo por meio do resultado). A hierarquia de valor justo segue o CPC 46: Nível 1 (cotações em mercados ativos) e Nível 2 (entradas observáveis).

vii) Qualidade do crédito dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* é avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2025	2024
Conta corrente e aplicações financeiras de curto prazo (caixa e equivalentes de caixa)	14.371	4.813
	14.371	4.813

viii) Financiamentos

Até a quitação antecipada em 16 de abril de 2025, os financiamentos estavam sujeitos a taxas usuais de mercado (TJLP + spread). Após a liquidação, não há exposição a financiamentos de terceiros.

ix) Garantias concedidas

No âmbito da 1ª Emissão de Debêntures da Tupi Energias Renováveis S.A. ("Emissora"), a Companhia concedeu as seguintes garantias reais de primeiro grau em favor da comunhão dos debenturistas, representados pela Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., na qualidade de agente fiduciário, consistentes em:

- Alienação fiduciária de seus equipamentos nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos Sob Condição Suspensiva e outras avenças celebrado em 18 março de 2025 e registrado sob nº 1.453.090;
- Cessão fiduciária de seus direitos creditórios decorrentes de contratos de comercialização de energia elétrica e demais recebíveis da Companhia, nos termos do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças, celebrado em 18 de março de 2025 e registrado sob o nº 1.453.093;
- Anuência à alienação fiduciária da totalidade de suas ações detidas pela Tupi Energias Renováveis S.A., nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações Sob Condição Suspensiva e Outras Avenças, celebrado em 18 de março de 2025 e registrado sob o nº 1.453.092;

As garantias foram constituídas sob condição suspensiva e destinam-se a assegurar o pagamento integral das obrigações da emissão. Os bens e direitos gravados permanecem na posse direta da Companhia para uso operacional normal, não havendo, até a presente data, eventos de vencimento antecipado que impliquem execução.

b) Riscos regulatórios

A atividade da Companhia está sujeita à regulação e à fiscalização da ANEEL. Alterações no arcabouço regulatório, nos procedimentos operativos ou nas diretrizes de planejamento e operação do sistema elétrico podem impactar de forma relevante o desempenho operacional e financeiro da Companhia.

Nesse contexto, a Companhia identifica o *constrained-off* como um dos principais riscos regulatórios, operacionais e financeiros atualmente observados no setor. O *constrained-off* decorre de determinações do ONS, que restringe a geração das usinas em função de limitações estruturais do sistema, tais como insuficiência de capacidade de escoamento da transmissão, condições operativas específicas, critérios de confiabilidade e segurança do sistema.

A recorrência do *constrained-off* tem gerado discussões no âmbito regulatório e institucional, com reflexos diretos sobre a previsibilidade de receitas dos empreendimentos de geração e sobre a percepção de risco do mercado, influenciando decisões de investimento, financiamento e estruturação contratual. Movimentos em curso se encontram em fase de deliberação, sem garantia de solução definitiva ou uniforme para todos os agentes.

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

O risco associado ao *constrained-off* é monitorado continuamente pela Companhia por meio da análise das condições de operação do sistema elétrico, acompanhamento dos relatórios e comunicados do ONS, avaliação das projeções de despacho e do planejamento da expansão da transmissão, bem como do acompanhamento da evolução regulatória junto à ANEEL e demais órgãos setoriais.

23. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar apólices para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Nas contratações de seguros a Companhia é auxiliada por corretores que possuem expertise do mercado e lhes dá um parâmetro de *benchmarking* para o desenho das apólices.

A Controladora indireta da Companhia, a Ibitu Energia S.A., detém ainda uma apólice de seguro de responsabilidade civil para cobertura de responsabilidades da Administração (diretores e executivos), da modalidade de seguro D&O (*Directors and Officers*) que abrange todas as Companhias do Grupo Ibitu Energia.

Em 31 de dezembro de 2025 e de 2024, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Itens/Bens segurados	Riscos cobertos	Montante de cobertura (R\$)	Vigência
Ativo imobilizado	Riscos operacionais - danos materiais, quebra de máquinas / danos elétricos e outros.	100.000	até 07/04/2026
Responsabilidade civil	Responsabilidade civil geral - operações amplas	10.000	até 07/04/2026
D&O	R.C. de Administradores e Diretores (D&O)	120.000	até 10/05/2026

As premissas de risco adotadas para a contratação de seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

24. Transação que não envolve caixa ou equivalentes de caixa – Atividades de financiamento

	31/12/2024	Fluxo de caixa	Alterações não caixa			31/12/2025
			Adições ou transferências	Apropriação	Encargos	
Empréstimos e financiamentos	22.634	(23.330)	130	62	504	-
Dividendos a pagar	3.317	(2.164)	4.457	-	-	5.610
Total	25.951	(25.494)	4.587	62	504	5.610

	31/12/2023	Fluxo de caixa	Alterações não caixa			31/12/2024
			Apropriação	Encargos		
Empréstimos e financiamentos	26.088	(5.579)	-	2.125		22.634
Dividendos a pagar	2.716	(4.042)	4.643	-		3.317
Total	28.804	(9.621)	4.643	2.125		25.951

Central Geradora Eólica Palmas S.A.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras

Referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

25. Eventos subsequentes

Em 9 de fevereiro de 2026, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a redução do capital social da Companhia no valor de R\$ 1.700.000,00 (um milhão, setecentos mil reais), por considerá-lo excessivo em relação ao seu objeto social. A redução será realizada mediante o cancelamento de 1.700.000 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo valor de R\$ 1,00 (um real) por ação.

Nos termos do § 1º do art. 174 da Lei no 6.404 (Lei das Sociedades por Ações), a redução do capital social somente se tornará eficaz após o decurso do prazo legal de 60 (sessenta) dias, contados da publicação da ata da assembleia que a aprovou, desde que não haja oposição de credores quirografários e cumpridas as demais formalidades legais. Uma vez efetivada a redução, o capital social da Companhia passará dos atuais R\$ 47.073.733,93 (quarenta e sete milhões, setenta e três mil, setecentos e trinta e três reais e noventa e três centavos) para R\$ 45.373.733,93 (quarenta e cinco milhões, trezentos e setenta e três mil, setecentos e trinta e três reais e noventa e três centavos).

O montante total da redução será restituído à acionista da Companhia em moeda corrente nacional, sem juros ou correção monetária.

* * *